Congresso Internacional de Administração
ADM 2020
As Novas Fronteiras da Administração
19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

PROPOSTAS DE GOVERNO E O PLANO PLURIANUAL: UM ESTUDO COMPARATIVO NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

GOVERNMENT PROPOSALS AND THE PLURIANNUAL PLAN: A COMPARATIVE STUDY IN THE MUNICIPALITY OF SARANDI/PR FROM THE PERSPECTIVE OF THE PUBLIC CHOICE THEORY

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, kmattiello@uem.br

Alisson dos Santos Binello, Autônomo, Brasil, binelloalisson@gmail.com

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, rivamga@hotmail.com

Marguit Neumann, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, marguitn26@gmail.com

Iasmini Magnes Turci Borges, Autônoma, Brasil, iasminiborges@gmail.com

Resumo

O objetivo geral do presente artigo foi analisar se o Plano Plurianual (PPA) de dois candidatos eleitos estão de acordo com suas propostas de governo feitas durante o período eleitoral, mais especificamente em um recorte histórico realizado para o município de Sarandi/PR nos períodos de 2014-2017 e de 2018-2021. Para isso, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, onde foram organizadas tabelas contendo as propostas de governo, apontando se foram ou não incorporadas aos respectivos PPAs. Em geral, os dados demonstraram que os planos apresentam itens relevantes à população, como saúde, educação, segurança, entre outros, entretanto, essas promessas de campanha nem sempre se concretizam no PPA dos candidatos eleitos, ou seja, eles se comprometem com projetos nas campanhas eleitorais, mas posteriormente, no momento de incorporá-los à gestão, se ausentam do compromisso realizado com a população.

Palavras-chave: Plano Plurianual; Propostas de Governo; Teoria da Escolha Pública; Sarandi/PR.

Abstract

The general objective of this article was to analyze whether the Pluriannual Plan (PPA) of two elected candidates is in accordance with their government proposals made during the electoral period, more specifically in a historical section made for the municipality of Sarandi / PR in the periods of 2014-2017 and 2018-2021. For that, we opted for a bibliographic, descriptive and qualitative research, where tables containing government proposals were organized, indicating whether or not they were incorporated into the respective PPAs. In general, the data demonstrated that the plans present relevant items to the population, such as health, education, security, among others, however, these campaign promises do not always materialize in the PPA of the elected candidates, that is, they commit themselves to projects in the election campaigns, but later, when incorporating them into management, they are absent from the commitment made with the population.

Keywords: *Pluriannual Plan; Government proposals; Public Choice Theory; Sarandi / PR.*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os candidatos à cargos do executivo devem apresentar ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) seus Planos de Governo, onde constam as propostas de suas possíveis gestões. Este plano é um dos documentos obrigatórios para o registro da candidatura dos candidatos (Brasil,1997). Depois de eleito, no primeiro ano de governo, o candidato eleito deve elaborar o PPA (Plano Plurianual), que vigorará nos próximos quatro anos, ou seja, três anos no seu mandato e no 1º ano do próximo mandato.

O tema proposto é um diferencial para o campo acadêmico, por discutir um assunto que é de interesse popular e científico, uma vez que a sociedade dificilmente percebe que aquilo prometido durante as campanhas eleitorais, que os convenceram a depositar um voto a determinado candidato, nem sempre se efetiva. Ou seja, poucos cidadãos estão conscientes dessa ineficiência política, então cabe à comunidade acadêmica promover discussões que ajudem a discutir essas situações.

Em meio a essa reflexão o estudo surge com a intenção de investigar a efetivação das promessas políticas de candidatos eleitos, com base nas propostas de campanhas, avaliadas por meio de uma análise no plano plurianual. Dessa forma, indaga-se o seguinte: ao comparar as campanhas eleitorais com o primeiro PPA é possível verificar a validação das promessas realizadas aos eleitores?

Neste contexto, o presente artigo busca conhecer a concretização das propostas eleitorais de acordo com uma verificação feita por meio de uma análise no PPA de candidatos eleitos. Sobre esse assunto, vale ressaltar que os candidatos a cargos políticos fazem suas campanhas eleitorais apresentando propostas ao seu eleitorado, porém, essas promessas nem sempre são cumpridas no decorrer do mandato, pois não há lei que obrigue os candidatos a incluir no PPA todas as suas propostas de governo.

Com o intuito de ajudar a esclarecer o problema de pesquisa proposto, o artigo tem por objetivo geral investigar se os PPA de dois candidatos eleitos estão de acordo com suas propostas de governo. Para tanto, buscou-se por objetivos específicos que pretendem conhecer as propostas de dois candidatos eleitos, um na gestão 2014-2017 e outro 2018-2021, ambos em cargos de prefeitos, na cidade de Sarandi/PR; avaliar o primeiro Plano Plurianual de cada um dos dois candidatos comparando com suas propostas de governo; e comparar os dados encontrados, demonstrando se os itens apresentados no plano de governo foram validados no PPA de cada um dos candidatos, por fim relacionar os dados encontrados com a teria da escolha pública.

Nessa perspectiva, o estudo se justifica para as partes envolvidas como uma forma de aprofundamento sobre a execução dos planos de governo em cargos de prefeitos municipais, onde por meio da análise foi possível conhecer a conduta política dos candidatos eleitos, em relação aquilo que prometeram em suas campanhas e planos de governo. Para a comunidade acadêmica a pesquisa se torna relevante ao coletar e organizar dados sobre os Planos Plurianuais de dois prefeitos, que futuramente poderão ser utilizados em outras pesquisas com temáticas parecidas. Além disso, justifica-se também para a comunidade local, que poderá conhecer os resultados dos candidatos que escolheram para governar a cidade de Sarandi/PR, entre outros que poderão basear-se no estudo para avaliar outros cargos políticos em cidades diversas.

O estudo foi organizado por meio de cinco seções, primeiramente a introdução, que apresentará as informações iniciais de contexto, objetivos, justificativa e organização do estudo. Na sequência foi desenvolvida a revisão da literatura sobre plano plurianual (PPA), propostas de governo e sobre a teoria das escolhas públicas, seguida da próxima seção com os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção apresentou a análise dos dados coletados em contraponto com os conceitos apresentados na revisão de literatura, com o

intuito de alcançar os objetivos propostos. Por fim, foram apresentadas as considerações finais onde se apresentam os resultados alcançados, as limitações e as indicações para estudos futuros.

2. AS PROPOSTAS DE GOVERNO, O PLANO PLURIANUAL E A TEORIA DAS ESCOLHAS PÚBLICAS

Durante o período de campanha eleitoral, de acordo com a Lei 9504/97 art. 11, cada partido ou coligação está responsável por registrar os seus candidatos no ano em que se realizarem as eleições, e, dentre os documentos que devem ser apresentados neste ato, um deles refere-se as "propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República" (Brasil, 1997). Criar um plano de governo é uma atividade que deve ser entendida como uma formalidade obrigatória para todos aqueles que querem se candidatar uma vaga no setor político. Dessa forma, deve ser levado a sério e pensado de forma que venham a contemplar todas as necessidades de uma sociedade Vilhena (2016). Não é exceção encontrar alguns equívocos em planos de governo, que em alguns casos são elaborados às pressas, pulando uma etapa primordial do processo: conhecer bem a cidade e ouvir como a população percebe o município tanto positiva como negativamente (Vilhena, 2016).

Como discute a autora, muitos candidatos acabam movendo-se por motivações que vão contra aos princípios básicos para elaboração de uma boa proposta. Uma vez que conhecer a população que irá governar, saber suas queixas é fundamental para que uma ação ou um pequeno plano venha se formando, contribuindo posteriormente para um plano de governo formal (Vilhena, 2016). Para Vilhena (2016) "ter acesso ao plano de governo dos candidatos é compreendido como o momento de observar se as ações correspondem a demandas reais da cidade, evitando promessas desproporcionais". Já que muitos não se dedicam em atender as necessidades básicas da população, dando continuidade ao que foi iniciado em governos anteriores. Um plano de governo deve partir da premissa de que é necessário saber o que de fato é de competência do município, evitando assim promessas que na verdade são de competência de outro ente federado ou que dependem dos demais entes federados (Vilhena, 2016).

No manual gestão pública eficiente, dicas para elaboração de um plano de governo, englobam aspectos que devem ser discutidos como "educação, saúde, transporte e infraestrutura, habitação, saneamento básico, cultura e turismo, gestão, segurança, assistência social, trabalho e esporte" (Manual, 2016, p.4).

O plano plurianual (PPA), deve ser feito no primeiro ano de mandato do representante do executivo que foi eleito e é um instrumento de planejamento de médio prazo, que evidencia o programa de trabalho do governo, onde constam as diretrizes, os objetivos e as metas para os próximos quatro anos da administração pública, nos níveis federal, estadual e municipal. É um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato. É a transformação, em lei, dos ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais (Andrade, 2017).

A Constituição Federal de 1988 aponta para uma responsabilidade muito grande em relação ao plano plurianual. Nesse sentido, o PPA se destaca "em um papel central da ação do estado, uma vez que submete a elaboração dos demais documentos de planejamento" (Paulo, 2010). Com base no que destaca o autor, fica claro que o planejamento federal também possui, assim como empresas privadas, formas adequadas de se estabelecer estratégias e cumprir com metas. Para Paulo (2010), os demais planejamentos do governo devem caminhar em consonância com o plano plurianual. De acordo com a CF em seu artigo 165, parágrafo 1º: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes,

objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (Brasil, 1988).

Segundo o artigo 167, parágrafo 1º da CF: “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”, ou seja, antes de ser realizada qualquer despesa de capital, que perdure por mais de 12 meses, esta, deve ser incluída no plano plurianual para sua execução (Brasil, 1988). Quando se discute a finalidade do Plano Plurianual (PPA), de acordo com Paulo (2010), entende-se que é uma forma de organização do estado com a finalidade de estabelecer metas e também objetivos em um determinado período de tempo, de forma que contemple e atenda aos requisitos legais.

Quando estabelecida em lei a obrigatoriedade deste plano, a intenção foi a de demonstrar que o planejamento vai além dos desejos de um governo em vigor, mas faz parte de uma de uma função do Estado, que deve sempre buscar um padrão ético de qualidade para atender a população que dele depende. Sendo assim, Paulo (2010), destaca que duas dimensões importantes sobre o PPA: A vigência do PPA inicia no segundo ano do mandato presidencial e termina no final do primeiro exercício do mandato presidencial subsequente [...] Os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário manterão sistema de controle com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA (Paulo, 2010).

Segundo a Lei 8.078/90 art. 22 e a Lei 7.783/89 art. 10 e Lovato et al. (2014) “O PPA é um planejamento obrigatório aos entes públicos sob a responsabilidade do executivo Federal, Estadual e Municipal, de execução contínua, que obriga o gestor a dar continuidade aos serviços públicos essenciais”. O que vai ao encontro do que discutia Paulo (2010), entendendo essa ser uma realidade que deve existir para que exista uma continuidade dos serviços públicos em qualquer esfera pública.

Lovato et al. (2014) destacam que mesmo com a criação do Plano Plurianual (PPA), houve uma discussão já em seu início sobre sua eficácia, ou seja, se de fato os responsáveis pela sua elaboração estavam fazendo de forma adequada. Para os autores, existiu uma dificuldade para que o plano pudesse alinhar-se com os objetivos traçados pela constituição. De acordo com Lovato (2014) “Essa situação é derivada do despreparo de muitos técnicos da área de planejamento ou de assessorias que por vezes apenas replicavam o PPA da gestão anterior, com único intuito de cumprir os ditames da lei sem se preocupar”. Conforme os autores, muitas vezes essa falha acabava por produzir planos que agiam de uma forma meramente mecanicista, sem buscar uma real preocupação com os objetivos do governo. Historicamente, muitos municípios acabavam por não realizar o PPA, onde na maioria das vezes os planos que existiam, não passavam de cópias dos anteriores, elaborados por pessoas que não possuíam domínio específico para sua elaboração (Lovato, 2014).

A teoria da escolha pública ou “public choice”, surge para esclarecer as relações entre as decisões do governo e a sociedade em geral, que nem sempre essas vão de acordo com o todo, mas sim, busca atender boa parte da população. A perspectiva da teoria da escolha pública é que as decisões políticas e econômicas dos governos estão sujeitas a um conjunto de poderes repartidos por diferentes agentes com funções diferentes no sistema político. Presidente, executivo, legislativo, sistema judicial, administração pública, partidos políticos, grupos de interesse, todos eles interferem na possibilidade e capacidade de implementação dessas políticas (Pereira, 1997).

Segundo Mueller (1989), “a public choice é o estudo econômico da tomada de decisões não mercadológicas, ou simplesmente a aplicação da economia à ciência política”. Para Pereira (1997), a teoria da escolha pública busca esclarecer os problemas de decisão coletiva e mostrar que as escolhas do poder executivo estão intimamente ligadas aos fracassos de governo. Nesse sentido, ressalta-se que o governante ao tomar uma decisão tem que levar em

consideração os interesses coletivos, mas nem sempre este age de acordo com o que é esperado.

Como destaca Silva (1996, p.50) “do ponto de vista desta teoria, os agentes públicos, sejam eles políticos ou burocratas, agem de acordo com seus objetivos privados”, complementando o que diz Schumpeter (1942), a democracia desvia-se do “interesse público” devido à ação de grupos de pressão e dos políticos que agem de acordo com seus fins privados.

Todas as discussões e os estudos aplicados a essa teoria partem do postulado básico de que o homem é um maximizador egoísta, racional e de utilidade. Assim, os estudos concentram-se nos problemas de agregação de preferências individuais para maximizar uma função de bem estar social ou para satisfazer algum conjunto de critérios normativos (Mueller, 1976).

Os governantes não cumprem parte de suas propostas de governo, em virtude de os indivíduos, inseridos em uma democracia, e que são tomadores de decisão coletiva, seguem o comportamento racional e o auto interesse, dentre outras características exploradas pela teoria da escolha pública. Isso é o que dificulta os planos de governo se tornarem lei, que para ser realizado tal fato, necessita do interesse coletivo (Santos et al., 2013).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos, os dados foram coletados de fontes públicas, ou seja, no portal da transparência do município de Sarandi/PR, onde estão os PPAs, e também, no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no qual se encontra as propostas de governo de cada candidato. A coleta ocorreu no ano de 2019, os períodos analisados foram as gestões 2014-2017 e 2018-2021, que foram organizados na forma de tabelas e análises que contribuíram para os esclarecimentos necessários. Com relação à pesquisa documental “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. [...] recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (Marconi & Lakatos, 2018).

Também se apresenta como uma pesquisa descritiva, que de acordo com Gil (2018), busca sempre apresentar determinados fenômenos ou população. Segundo Andrade (2010), na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Neste caso, foram apresentados os PPAs de dois candidatos e as propostas de governo, para que por meio da descrição e análise seja identificado se houve ou não o cumprimento das propostas realizadas. Segundo Diehl & Tatim (2004), a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa bibliográfica, “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". (Marconi & Lakatos, 2018). A pesquisa buscou uma análise qualitativa, pois, foi além de apenas apresentar os dados, mas apurou uma forma de análise mais aprofundada desses dados, entendendo principalmente que o pesquisador não é um sujeito inerte. As informações foram organizadas em formas de tabelas, entretanto, os dados foram comparados com as teorias, para comprovar a eficácia (Marconi & Lakatos, 2017).

Para os autores Diehl e Tatim (2004) a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreendem e classificam os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo para mudança de determinado grupo, possibilitando assim o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. Complementando, Mascarenhas (2012), diz que, a pesquisa qualitativa é utilizada quando queremos descrever os dados analisados com mais profundidade.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor análise dos dados cada área de ação foi separada em um tópico. Foram analisadas as propostas de governo dos candidatos e também o PPA de cada um, especificamente o Anexo II (Programas finalísticos), Anexo III (Resumo das Ações por Função e Subfunção) e o Anexo IV (Classificação dos programas e ações por Função e Subfunção). Os quadros de cada tópico foram divididos em 4 colunas, a primeira com as propostas, a segunda e terceira com as opções "sim" e "não" respectivamente, onde sim é para proposta incluída no PPA e não para quando a proposta não foi incluída no PPA, a quarta coluna "Justificativa" descreve onde foi encontrada a proposta no PPA. O quadro 1 demonstra as propostas retiradas do plano de governo, da gestão 2014-2017, na área da Educação.

EDUCAÇÃO - GESTÃO 2014-2017	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Avançar na Recuperação Salarial dos Professores em conformidade com o Plano de Carreira do Magistério	X		ANEXO IV Página 7 / ANEXO II Página 89
Continuar os investimentos no transporte de Escolar através da aquisição de novos veículos (ônibus) ZERO KM	X		ANEXO IV Página 7, ANEXO II Página 91
Ampliar, reformar e adequar através do PAR (plano de ações articuladas) todas as Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil	X		ANEXO II - Pág. 88 / ANEXO III - Página 7
Zerar o déficit de vagas em Creches		X	
Construir mais 03(três) Escolas Municipais	X		ANEXO II Página 88 / ANEXO III Página 6
Lutar para a construção do Instituto Técnico Federal		X	
Total (%)	67%	33%	

Quadro 1 – Propostas de governo na Educação (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

O quadro 2 segue a mesma formatação do quadro 1, porém, com as propostas do governo da gestão 2018-2021.

EDUCAÇÃO - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Construção de novas unidades escolares e CMEIs.		X	
Reformar e/ou ampliar as unidades existentes;	X		ANEXO III Página 8, anexo II Página 132
Valorizar os profissionais da área de Educação.	X		ANEXO III Página 8, II Página 135, 142
Implantar, gradualmente, a Educação em tempo integral.		X	
Implementar a distribuição de uniforme e kit escolar de qualidade para todos os alunos da Rede Municipal de ensino.	X		ANEXO III Página 8 e 9, II Página 143 e 135
Promover curso de capacitação para profissionais da Educação;		X	
Priorizar a qualidade da Merenda Escolar;	X		ANEXO III, Página 7, II PG 151, 124, 147, 137
Em parceria com a Policia Militar ampliar o projeto "PROERD".		X	
Manter equipe permanente de manutenção para atendimentos unidades escolares e Cmeis.		X	
Dar continuidade nos convênios com as entidades assistenciais.	X		ANEXO III Página 8, II PG 139 e 130
Total (%)	50%	50%	

Quadro 2 – Propostas de governo na Educação (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme o quadro 1 foi possível verificar que 67% das propostas foram incluídas no PPA, já no quadro 2, da Gestão 2018-2021, apenas metade das propostas foram validadas no PPA. Além do PPA das duas gestões, foi solicitado por meio do e-SIC (Sistema de Informação ao

Cidadão) do munícipio a relação de escolas municipais e CMEIS, em atividade, e ano de conclusão da obra, para validação das informações encontradas no PPA, porém, apenas comparando com o PPA da gestão 2014-2017, devido ao 2018-2021 estar em andamento. Neste quesito, a proposta se tornou invalidada no decorrer da gestão, pois as 03 escolas não foram construídas. Também por meio dessa segunda verificação de dados, foi possível validar a compra de ônibus para o transporte escolar no ano de 2016, conforme tabela em anexo "Veículos – Educação e Saúde".

A seguir, o quadro 3 apresenta os dados coletados no plano de governo, da gestão 2014-2017, na área de Segurança. Neste tópico não havia no plano de governo a área Segurança, foi considerado Trânsito como tal, para melhor comparação com a gestão seguinte.

SEGURANÇA - GESTÃO 2014-2017 CONSTA NA PROPOSTA DE TRÂNSITO	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Continuar investindo na Guarda Municipal	X		Página 100 ANEXO II/Página 2 ANEXO III/Página 2 ANEXO IV
Triplicar o número de Guardas Municipais		X	
Investir maciçamente em monitoramento eletrônico		X	
Continuar investindo fortemente em sinalização viária horizontal e vertical	X		Anexo II Página 100 – OBJETIVO
Total (%)	50%	50%	

Quadro 3 – Propostas de governo Segurança (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

O quadro 4 apresenta os dados coletados no plano de governo da gestão 2018-2021, na área de Segurança.

SEGURANÇA - GESTÃO 2018-2021	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Solicitar junto ao Governo do Estado a vinda de mais um delegado		X	
Reestruturar Guarda Municipal, aumentando seu efetivo e dando condições dignas de trabalho		X	sem contratações no período, somente foi realizado concurso 89/2018
Instalação de câmeras de segurança em locais estratégicos		X	
Prioritariamente criar políticas públicas de enfrentamento ao combate as drogas		X	
Instalação de câmera de segurança em locais estratégicos		X	
Solicitar junto ao Governo Estadual a construção de um novo prédio para delegacia fora do centro da Cidade		X	
Solicitar ao Governo Estadual o envio de mais um delegado e de uma delegada para atendimento prioritário a mulher		X	
Total (%)	0	100%	

Quadro 4 – Propostas de governo Segurança (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme análise do quadro 3 foi verificado que 50% das propostas da gestão 2014-2017 para Segurança foram levadas para o PPA, já na próxima gestão, quadro 4, não foi possível validar nenhuma proposta no PPA. Destaca-se que, nas propostas da gestão 2018-2021, que não foram validadas no PPA, muitas delas não competem ao poder municipal, e sim a outros entes da federação, então temos uma grande falta de conhecimento dos limites deste poder. No quadro 5 são apresentadas as propostas coletadas no plano de governo, da gestão 2014-2017, na área da Saúde.

SAÚDE - GESTÃO 2014-2017	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**

Continuar investindo mais de 20% ao ano do orçamento Municipal em Saúde;		X	Anexo III, Página 4 E 5 - Planilha Orçamento Saúde 2014-2017
Continuar realizando concursos para a contratação de médicos, técnicos e funcionários para o setor de Saúde;		X	
Concluir e colocar em funcionamento o Hospital de Especialidades;	X		CEME - Centro de Especialidades Médicas (Inauguração 2015)
Construir em parceria com Centros de Ensino Superior o Hospital Universitário com UTI — com no mínimo 120 leitos; Firmar Convenio com o Hospital Metropolitano para a melhoria no atendimento pelo Hospital a pacientes do Município;		X	
Construir a Segunda UPA;		X	
Reformar e ampliar as UBS existentes;	X		ANEXO III Página 4/ANEXO II Página 57
Construir mais duas (02) UBS;	X		ANEXO III Página 4/ANEXO II Página 57
Total (%)	43%	57%	

Quadro 5 – Propostas de governo Saúde (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

No quadro 6 são apresentadas as propostas de governo na área da Saúde - gestão 2018-2021.

SAÚDE - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Implantação de Unidade de Saúde do Trabalhador com Extensão de Horários do Atendimento até ás 22 horas. (ZONA NORTE e ZONA SUL)		X	
Levar palestras e ações periódicas de saúde preventiva á comunidade.	X		Anexo II Página 110
Solicitar junto ao Governo Federal (Ministerio da Saude), a implantação de equipes do programa saúde da família-(PSF), UBS - Jardim Aurora, Ubs – nova Aliança, UBS - Jardim Rio de Janeiro, UBS - Jardim Verão, UBS - Jardim Monte Libano, UBS - Jardim Monte Rei, UBS - Jardim Nova Independência (antigo mutirão)	X		ANEXO III Página 5, ANEXO II Página 90
Reestruturar e melhorar o atendimento na Clinica da Mulher com contratação de mais Médicos Ginecologista.	X		CONCURSO 90/2018 FAFIPA
Implantar no município o programa mãe Sarandiense, garantindo a gestante no mínimo 07 (sete) consultas com médico ginecologista, garantindo também todos os exames necessários, atendimento esse em UBS mais próxima da sua residência.		X	
Implantação do programa BEBE FELIZ, que é o acompanhamento da criança desde o nascimento ate a idade de 02 anos disponibilizando consultas com medico pediatra e nutricionista.		X	
Realizar Concurso Publico para contratação de Enfermeira, Técnico de Enfermagem.	X		CONCURSO 90/2018 FAFIPA
Implantação do atendimento de saúde bucal para criança, adolescente e adulto.		X	
Implantar a Ouvidoria Municipal da Saúde.		X	
Realizar reuniões bimestrais da equipe do Programa Saúde da família com a pastoral da saúde, pastoral da criança e integrantes da ORPLES.		X	
Juntamente com os Deputados Federais da nossa região, cobrar do Ministério da Saúde o		X	

aumento das cotas de exames laboratoriais e de imagens.			
Manter na UPA o quadro de funcionários em um número suficiente para o atendimento digno dos nossos Munícipes.		X	
Implantar o prontuário eletrônico para interligação entre as UBS, UPA, e Farmácias municipais		X	
Implementar as consultas especializadas através do centro municipal de especialidades.	X		ANEXO II Página 101
Dar continuidade nos convênios com as entidades assistenciais.	X		ANEXO III Página 6
Total (%)	33%	67%	

Quadro 6 – Propostas de governo Saúde (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Analisando os dados foi possível observar que 43% das propostas da gestão 2014-2017 foram validadas no PPA, na próxima gestão apenas 33%. Conforme quadro 5, verificou-se que na gestão 2014-2017, embora tenha sido validado somente 43% das propostas de governo, há de se dizer que em dois pontos, como a conclusão e/ou construção de 08 (oito) UBS's, de acordo com o relatório solicitado pelo e-Sic do município, em anexo, e a conclusão do Hospital de Especialidades (nome nas propostas de governo) foi de grande importância, pois o munícipio estava necessitando de mais atenção na área da Saúde. O quadro 7 representa as propostas da gestão 2014-2017 para área da Assistência Social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO 2014-2017	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Continuar investindo e Hortas Comunitárias		X	
Aumentar o leque de cursos para qualificação e preparação para o mercado de trabalho	X		Anexo III, página 03, Anexo II, página 34
Adequar programas Federais ás necessidades de pessoas carentes no Município		X	
Construir mais dois (02) CRAS para agilizar o atendimento		X	
Total (%)	25%	75%	

Quadro 7 – Propostas de governo Assistência Social (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

No quadro 8 são apresentadas as propostas da gestão 2018-2021 para área da Assistência Social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Melhorar as instalações e o atendimento dos CRAS	X		Anexo III, página 4, Anexo II, página 61
Implantar um novo CRAS no do Parque Alvamar II		X	
Criação do CENTRO DIA – Centro de Convivência para o Idoso		X	
Melhorar as instalações do CIAPS – Centro Integrado de Ações Pedagógicas e Sociais;	X		Anexo II, página 53, Anexo III, página 4
Melhorar o atendimento as famílias para inclusão no Bolsa Família		X	
Parceria com as igrejas e entidades para melhorar a qualidade de vida da população.		X	
Construção de uma Sede para o Conselho Tutelar e Reaparelhamento do mesmo		X	
Reativar o Projeto Bombeiro Mirim.		X	
Total (%)	25%	75%	

Quadro 8 – Propostas de governo Assistência Social (2018-2021)

Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme demonstram os quadros 7 e 8, nas duas gestões estudadas, somente 25% das propostas de governo foram incorporadas ao PPA de ambas. Na gestão 2014-2017, de 04 propostas apenas 01 foi incluída no PPA, enquanto na próxima gestão, das 08 propostas, 02 foram para o PPA.

No quadro 9 foram descritas as propostas da gestão 2014-2017 da área de Infraestrutura.

INFRAESTRUTURA - GESTÃO 2014-2017	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantação de Vias de Ligação com o Município de Maringá através da Avenida Rio de Janeiro e do Conjunto Mauá		X	
Implantação de Vias de Ligação com o Município de Marialva através da Avenida Antonio Volpato		X	
Transposição da Via Férrea, ligando a Av. Londrina com Estrada Otavio Colli e Avenida Henrique Augusto da Silva com a Rua Julio Dvoranen		X	
Reurbanização da Área Central e das principais Avenidas de Comércio		X	
Revitalização de Praças Urbanas, com instalação de Novas ÁTIS e pista de caminhada		X	
Ampliação da Área do Cemitério Municipal;	X		Anexo III, página 08, Anexo II, página 109
Continuar com o Projeto de implantação de Conjunto Habitacionais, através da COHAPAR e CAIXA ECONOMICA FEDERAL	X		Anexo II, página 112, Anexo III, página 8
Implantar Projeto para instalação de galerias de Águas Pluviais em Ruas qe Avenidas já pavimentadas	X		Anexo II, página 106 e 108, Anexo III, página 8
Total (%)	37,5%	62,5%	

Quadro 9 – Propostas de governo Infraestrutura (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

O quadro 10 demonstra as propostas que contam no plano de governo da gestão 2018-2021.

INFRAESTRUTURA - GESTÃO 2018-2021	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Melhorar e ampliar a iluminação publica	X		Anexo III, página 9, Anexo II, página 176
Levar o asfalto de qualidade para todos os bairros do município	X		Anexo III, página 9, Anexo II, página 176
Recuperar toda malha viária do município com recapeamento de qualidade	X		Anexo II, página 176, Anexo III, página 10
Com apoio do Governo Federal ampliar a Rede de Esgoto do Município		X	
Implantação do transporte coletivo municipal Interbairros		X	
Construção do Paco Municipal	X		Anexo II, página 178, Anexo III, página 10
Construção da sede do Autarquia de águas de Sarandi	X		Anexo II, página 4, Anexo III, página 10
Reestruturar e melhorar o Transito do Município		X	
Viabilizar a revitalização do km 115		X	
Promover a revitalização da Praça Floriza Domingues do Amaral do Jardim Panorama		X	
Promover a revitalização da Praça do Parque Alvamar		X	
Fazer a ligação da Av. Belo Horizonte (Jardim		X	

Tropical) com o Conjunto Requião de Maringá			
Total (%)	42%	58%	

Quadro 10 – Propostas de governo Infraestrutura (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme o quadro 9, podemos perceber que na gestão 2014-2017 somente 37,5% das propostas foram incluídas no PPA, enquanto na gestão posterior apenas 42% constam no PPA (quadro 10). A infraestrutura do município ainda é uma grande preocupação da população sarandiense, pois vários bairros não têm asfalto, por exemplo. Outro ponto importante, sem uma infraestrutura adequada o município perde muitos investimentos, grandes empresas deixam de abrir seus negócios aqui para abrir em um local com melhor infraestrutura. No quadro 11 é descrito as propostas da gestão 2014-2017 para área de Meio ambiente.

MEIO AMBIENTE - GESTÃO 2014-2017	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Construir mais um Parque Ecológico na Região SUL;		X	
Concluir as obras do Parque Ecológico Papa João Paulo II;	X		Anexo III, página 9, Anexo II, página 51
Incentivar a visitação dos alunos do Município ao Parque Ecológico para a conscientização da preservação Ambiental;		X	
Contratação de Engenheiro Florestal para a adequação do plantio de Arvores em vias públicas;	X		
Total (%)	50%	50%	

Quadro 11 – Propostas de governo Maio ambiente (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

O quadro 12 descreve as propostas da gestão 2018-2021 para área de Meio ambiente.

MEIO AMBIENTE - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Ampliar a coleta seletiva	X		Anexo II, página 77, Anexo III, página 11
Manter a limpeza nas ruas da Cidade.	X		Anexo II, página 76 e 77, Anexo III, página 11
Apoiar e incentivar a cooperativa de reciclados.	X		Anexo II, página 78, Anexo III, página 11
Em parceria com IAP promover politica de recuperação de áreas degradadas e fundo de vales;		X	
Formar parceria com profissionais e ONGS para proteção de animais.	X		Anexo II, página 77, Anexo III, página 11
Total (%)	80%	20%	

Quadro 12 – Propostas de governo Meio ambiente (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme quadro 11, na gestão 2014-2017, metade das propostas foram incorporadas ao PPA, ou seja, das 04 propostas, 02 foram para o PPA, um percentual bom em comparação com outras áreas da mesma gestão. No PPA da gestão 2018-2021 no quadro 12 foram encontradas 80% das propostas do plano de governo, um ótimo percentual, pois as propostas são de grande relevância para limpeza e organização da cidade. No quadro abaixo estão descritas as propostas de Desenvolvimento econômico da gestão 2014-2017.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - GESTÃO 2014-2017	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Construir um Centro para a realização de cursos;		X	
Ampliar parceria com o SENAI — SESI — SENAC — SESC — SEBRAE;		X	
Implantar a infraestrura no Parque Industrial já		X	

existente;			
Viabilização de recursos para a implantação do CODES		X	
Implantação com recursos próprios de novos Parques Industriais;		X	
Instalação em prédio próprio do banco de desenvolvimento para liberação de crédito a micro, pequena e media empresa;		X	
Total (%)	0%	100%	

Quadro 13 – Propostas de governo Desenvolvimento econômico (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

A seguir, no quadro 14, encontra-se as propostas da gestão 2018-2021 para área de Industria e Comércio, considerado como Desenvolvimento econômico para melhor análise e comparação dos dados.

Indústria e Comércio - Gestão 2018-2021	**Sim**	**Não**	**Justificativa**
Realizar a feira do artesanato mensalmente em parceria com a ASSOCIARTES.		X	
Ampliar a parceria com o SENAI, SENAC e SEBRAE.		X	
Implementar a contratação de cursos de qualificação profissional, visando atender a demanda do setor empresarial de Sarandi.		X	
Ampliar a parceria com a ACIS – Associação Comercial e Industrial de Sarandi.		X	
Melhorar o atendimento na sala do Empreendedor.		X	
Criar Lei Municipal dispondo sobre o Programa e Politicas de Incentivos a Industrialização e Atividades Produtivas.		X	
Total (%)	0%	100%	

Quadro 14 – Propostas de governo Indústria e Comércio (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme análise dos quadros 13 e 14 nenhuma das gestões obtiveram resultado nesta área, ou seja, por meio da pesquisa realizada não foi possível validar as propostas no PPA da gestões analisadas. No quadro abaixo é relacionado as propostas Projetos voltados à juventude da gestão 2014-2017, aqui descrito como de Esporte, Cultura e Lazer para melhor análise.

PROJETOS VOLTADOS À JUVENTUDE-GESTÃO 2014-2017	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Aumentar o número de Jovens atendidos em programas do Município no contra turno Escolar;		X	
Concluir e colocar em funcionamento a Praça do PAC;	X		Anexo III, página 10
Contratar professores de Educação Física para Oficinas nos Ginásios de Esporte do Município;		X	
Reformar os Ginásios de Esportes;		X	
Trabalhar no combate ao uso de drogas, firmando convênios para tratamento e recuperação dos usuários;		X	
Total (%)	20%	80%	

Quadro 15 – Propostas de governo Projeto voltados à juventude (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

O quadro 16 descreve as propostas na área de Esporte, Cultura e Lazer da gestão 2018-2021.

ESPORTE, CULTURA E LAZER - GESTÃO 2018-2021	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**

Reforma, modernização e manutenção de todos os ginásios e quadras esport.;	X		Anexo III, página 12, Anexo II, página 159
Criação do projeto “Sarandi Campeão”;		X	
Implantação da Corrida Rústica de Sarandi;	X		
Construção de campos de futebol;	X		Anexo II, página 159
Criar uma festa típica para promover a o nome da cidade;		X	
Reformar e estruturar a Casa da Cultura Irmã Antona;	X		Anexo II, página 159
Viabilizar a construção de um Centro de Eventos;		X	
Ampliar a oferta de aulas de danças e teatro nos bairros;		X	
Organizar festivais de dança, musica e teatro.		X	
Desenvolver politicas publicas e atividades voltadas para a melhor idade.		X	
Construir Praça de Alimentação na praça da juventude.		X	
Total (%)	36%	64%	

Quadro 16 – Propostas de governo Esporte, Cultura e Lazer (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Por meio da análise do quadro 15 foi possível observar que 20% das propostas da gestão 2014-2017 foram incorporadas ao PPA, na gestão seguinte foi possível validar 36% das propostas no PPA. O quadro a seguir descreve as propostas de governo da gestão 2014-2017 para o Departamento de água da cidade.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA - GESTÃO 2014-2017	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Ampliação da Rede de Esgotamento Sanitário na Região Sul;	X		Anexo III, página 9, Anexo II, página 6
Obras para a construção de um Reservatório de Água com capacidade de armazenar 4.000.000 de litros na região Sul;	X		Anexo III, página 9, Relatório Águas de Sarandi, página 2
Construção de um reservatório de água de 1.250.000 litros no Parque São Pedro;		X	
Obras de Readequação do sistema de abastecimento de água do JARDIM NOVO CENTRO, VERÃO e JARDIM DAS FLORES;	X		Anexo III, página 9
Edificação do Prédio Próprio no ano de 2014; Informatização completa do Departamento de Água;	X		Anexo III, página 9
Implantar Projeto de aproveitamento da Água da Chuva nos Prédios Púbicos, Prédios Comerciais, Residências e Industriais;		X	
Total (%)	67%	33%	

Quadro 17 – Propostas de governo Departamento de água (2014-2017)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2014-2017).

Na área do Departamento de água da cidade apenas a gestão 2014-2017 teve propostas, que 67% delas foram inclusas no PPA, destaca-se que o Departamento de água é controlado pelo poder municipal, sendo uma autarquia do município. No quadro 18 está demonstrado as propostas relacionadas à Mulher, da gestão 2018-2021.

MULHER - GESTÃO 2018-2021	**SIM**	**NÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Criar a Secretária da Mulher;		X	
Reestruturar o Centro de Referencia e Atendimento a Mulher. CRAM.		X	
Total (%)	0%	100%	

Quadro 18 – Propostas de governo - Mulher (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Nesta área relacionada à Mulher, apenas a gestão 2018-2021 propôs algo em seu plano de governo, mas na comparação com o PPA da gestão não foi validada nenhuma das propostas.

A gestão 2014-2017 não teve propostas relacionadas na área. A seguir, no quadro 19, está relacionado as propostas para o Funcionalismo público da gestão 2018-2021.

FUNCIONALISMO PÚBLICO - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Dar condições aos servidores para exercerem suas atividades com eficiência, segurança, respeito e dignidade;		X	
Incentivar e fazer curso e treinamento para o melhor desenvolvimento pessoal e profissional		X	
Implantar o Organograma na Secretaria Municipal de Saúde.		X	
Contratar Empresa Especializada para realizar e emitir Laudo de Insalubridade e Periculosidade.		X	
Formar Comissão composta por representantes dos Servidores, SISMUS, Poder Legislativo e Poder Executivo para discutir a reposição salarial dos servidores efetivos devido as perdas dos últimos anos.		X	
Total (%)	0%	100%	

Quadro 19 – Propostas de governo Funcionalismo público (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

Conforme análise do quadro 19, da gestão 2018-2021, não foi possível validar as propostas no PPA. Não houve propostas para a área na gestão anterior. Abaixo, o quadro 20 com as propostas da gestão 2018-2021 da área da Agricultura.

AGRICULTURA - GESTÃO 2018-2021	SIM	NÃO	JUSTIFICATIVA
Incentivar a viabilidade da diversificação do Agronegócio,		X	
Recuperação, manutenção e melhoria das estradas rurais;		X	
Recuperar áreas rurais degradadas, nascentes e matas ciliares;		X	
Recuperação, manutenção e melhoria das estradas rurais.		X	
Melhorar a ligação entre o Centro de Sarandi com o Patrimônio Vale Azul.		X	
Solicitar junto ao Governo Estadual para promover convenio para trazer projetos que beneficia os pequenos produtores do nosso município.		X	
Manter parcerias com AAGRIS.		X	
Implementar a feira do produtor.		X	
Total (%)	0%	100%	

Quadro 20 – Propostas de governo Agricultura (2018-2021)
Fonte: Adaptado pelos autores de acordo com o plano de governo/PPA (2018-2021).

De acordo com o quadro 20 nenhuma das propostas da gestão 2018-2021 foi incorporada ao PPA. Não há no plano de governo da gestão 2014-2017 a área de Agricultura.

Os dados apresentados demonstram que dentre as propostas feitas no período eleitoral o PPA 2014-2017 foi o que teve mais propostas incluídas em quantidades de áreas de ação e em percentuais: 67% das propostas para o departamento de água e educação incluídas no PPA; 50% das propostas sobre segurança; 43% das propostas de saúde; 37,5% das propostas de infraestrutura, 25% de assistência social; 20% de juventude; e, nenhuma proposta sobre desenvolvimento econômico foi incluída. Já no PPA de 2018-2021: 80% das propostas sobre o Meio Ambiente foram incluídas; 64% das propostas sobre esporte, cultura e lazer; 50% das propostas sobre educação, 33% das propostas sobre saúde; 25% sobre infraestrutura e

assistência social; nenhuma proposta sobre segurança, indústria e comércio, mulher, funcionalismo público e agricultura foram incluídas no PPA.

De acordo com Vilhena (2016), um plano de governo deve conter apenas propostas que são da competência do município, evitando assim promessas que são de competência de outro ente, seja estadual ou federal. Sendo assim, a gestão 2014-2017 deixou de fora do PPA muitas de suas propostas do plano de governo, pois estas eram atribuídas à outros entes da federação.

Na contramão de Andrade (2017) quando afirma que o PPA é a transformação em lei dos ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, identificou-se que principalmente no PPA 2018-2021 as propostas de 5 áreas de ação do município não se transformaram em lei. Para Vilhena (2016), ao plano de governo dos candidatos é compreendido como o momento de observar se as ações correspondem a demandas reais da cidade, evitando promessas desproporcionais. O candidato foi eleito apresentando promessas para as 5 áreas, porém, elas não foram inclusas na lei do PPA. Neste aspecto Pereira (1997) discorre que segundo a teoria da escolha pública o governante, ao tomar a decisão do que será ou não incluso no PPA, tem que levar em consideração os interesses coletivos, no caso, os votos recebidos pela proposta apresentada, mas nem sempre ele age de acordo com o que é esperado

CONCLUSÃO

Discutir a administração pública é sempre um desafio, tendo em vista as dinâmicas realizadas pelos envolvidos, para o atendimento de interesses próprios ou que atenda somente algumas minorias (sem atingir os verdadeiros necessitados de políticas públicas). Nesse sentido, o presente artigo buscou investigar realmente os PPA de duas gestões, referente ao período 2014-2017 e 2018-2021 na prefeitura municipal de Sarandi/PR. Assim, o intuito foi de comparar as campanhas eleitorais dos períodos identificados, o que ocorreu por meio de uma coleta minuciosa de dados, divulgados publicamente por cada um dos mandatos. Esses dados foram apresentados na pesquisa por meio de tabelas onde são destacadas as propostas de governo, seu cumprimento ou não, bem como as fontes fidedignas dos dados.

Em se tratando dos objetivos da pesquisa, pode-se destacar que os mesmos foram alcançados, pois, por meio da metodologia escolhida foi possível analisar o PPA de dois candidatos a prefeito da cidade de Sarandi/PR, havendo assim o conhecimento do que foi proposto para realização nos mandatos de 2014-2017 e 2018-2021. Além disso, os planos foram verificados, sendo constatado que o PPA 2018-2021 foi o que menos teve propostas incluídas, ficando 5 áreas de atuação governamental fora do PPA.

Os procedimentos metodológicos escolhidos foram o suficiente para a presente pesquisa, entretanto, sugere-se que em pesquisas futuras seja feito um aprofundamento maior sobre os planos não só da cidade escolhida, mas de outras também, o que é de interesse de todos, e serve como uma forma de verificar se realmente os candidatos eleitos estão cumprindo com suas promessas. Em geral, notou-se que as promessas dos candidatos nem sempre são cumpridas, e que é necessário realizar sempre esse tipo de levantamento, que contribui para averiguar a postura dos candidatos eleitos mediante suas reais obras a favor do povo. A ideia seria não avaliar somente períodos isolados, como foi feito, mas sim todos os períodos para que o serviço público possa realmente atender as necessidades da população em geral, garantindo assim, melhor qualidade de vida à todos.

Como estudam os pesquisadores da teoria da escolha pública, os políticos nem sempre agem de acordo com o coletivo, mas sim de acordo com seus interesses individuais, isso prejudica e muito a população que acaba dando seu voto nas eleições e recebem em troca pouco ou quase nada do que foi proposto pelos candidatos. Como sugestão para estudos futuros, orienta-se analisar as propostas e respectivos PPAs de outras esferas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, N. A. (2017). *Contabilidade pública na gestão municipal*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, art. 11, § 1º, IX (incluído pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009). Lei das Eleições. Disponível em: < http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>

DIEHL, A. A. TATIM, D. C. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.* São Paulo: Prentice Hall.

GIL, A. C. (2018). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

LOVATO, E. L. et al. (2014). *Uma análise sobre aspectos que envolvem o plano plurianual: plano orçamentário ou plano estratégico?* In: 2º seminário nacional de planejamento e desenvolvimento área temática: inovação aplicada ao planejamento sub-área: ferramentas de planejamento e gestão. SNPD. Santa Catarina, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2017). *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2018). *Técnicas de pesquisa*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

MASCARENHAS, S. A. (2012). *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

MANUAL, *Gestão Pública Eficiente. Dicas para elaboração de um plano de governo*. Instituto Teotônio Vilela. Brasília (2016).

MUELLER, D. C. (1989). *Public Choice II: a revised edition of public choice.* Cambridge, Cambridge University Press.

MUELLER, D. C. (1976). Public choice: A survey. *Journal of Economic Literature, Nashville (USA),* v. 14, n. 2, p. 395- 433.

PAULO, L. F. A. (2010) O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. *Revista do Serviço Público*. Brasília. N.61 v. 2. Abr/Jun.

PEREIRA, P. T. (197) A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?. *Análise Social. Lisboa*, n. 141, v. XXXII, p. 419-442, 1997.

SANTOS, A. S. et al. (2013) Reforma Tributária no Brasil: uma abordagem a partir da Teoria da Escolha Pública. *Economia & Região*. Londrina, v.1, n.2, p.100-117, ago/dez.

SCHUMPETER, J. A (1942). *Socialism, capitalism and democracy*. New York: Harper and Brothers.

SILVA, M. F G (1996). Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública - II. *Revista de Administração de empresas*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 32-41.

VILHENA, R. (2019) *Plano de governo: o que é primordial na construção do planejamento de gestão?*. Disponível em <http://itv.org.br/pensando-o-brasil/gestao-eficiente/plano-de-governo-o-que-e-primordial-na-construcao-do-planejamento-de-gestao-por-renata-vilhena>.